



VOZ, CORPO SIMBÓLICO,  
EFEITO DO REAL DA LÍNGUA<sup>1</sup>

VOICE, SYMBOLIC BODY,  
EFFECT OF THE REAL LANGUAGE

Teodulino Mangueira ROSENDO<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Novas considerações a partir de um trabalho de pesquisa com a temática da voz, publicado/, com apoio da Agetec (Unisul - SC) e acompanhado pelo Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Linguagem pela Unisul (2020). E-mail: <teomangueira@hotmail.com>.





## RESUMO

A voz exerce grande significação na prática clínica da psicanálise, ocupando um lugar de expressivo relevo na constituição do sujeito – esse, por sua vez, é clivado pela condição do inconsciente, constituindo-se não senhor do seu dizer. Nas palavras de Maliska esse fato determina a não unicidade do sujeito, o hiato entre o que ele diz o que ele pensa, ou almeja dizer, e nessa esfera imaginária totalitária, há o equívoco, dimensão da linguagem. Indagamos: Qual a relação entre a voz na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem? Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso e a voz, corpo simbólico na relação com o silêncio significador que instaura os sentidos. Discursivamente, poderíamos compreender o efeito da voz na ótica do que Pêcheux (1997) aponta como o real da língua, uma vez ela se inscreve na categoria de letra, decorrente disso, concebe-se a voz como um corpo simbólico, efeito do real da língua, do equívoco e da incompletude, elementos fundamentais em uma prática discursiva.

## PALAVRAS-CHAVE

voz; linguagem; silêncio; discurso.

## ABSTRACT

The voice has great significance in the clinical practice of psychoanalysis, occupying a place of significant relevance in the constitution of the subject - this in turn is cleaved by the condition of the unconscious, constituting itself as not the master of its saying. In the words of Maliska

(2017, p. 211), this fact determines the non-uniqueness of the subject, the gap between what he says, what he thinks, or wants to say, and in this totalitarian imaginary sphere, there is the misunderstanding, dimension of language. We ask: What is the relationship between the voice in psychoanalysis and the social “voice” marked by the power relations that permeate language? How to think, a priori, the voice in the link of the discourse analysis and the voice, symbolic body in the relationship with the signifying silence that establishes the senses. Discursively, we could understand the effect of the voice from the perspective of what Pêcheux (1997) points out as the real of the language, once it is inscribed in the letter category, because of that, the voice is conceived as a symbolic body, effect of the real of language, misunderstanding and incompleteness, fundamental elements in a discursive practice.

## KEYWORDS

voice; language; silence; speech.

## INTRODUÇÃO

Erik Porge no texto *Voz do Eco* (2014) traz reflexões sobre a concepção lacaniana da voz enquanto objeto pulsional e os elementos que a compõem, propondo pensar em um estádio do eco, ao que esclarece: “Falar de um estádio do eco é uma forma de reagrupar fatos já conhecidos e de estabelecer laços entre eles, a fim de fazer que sejam entendidos de outro modo” (PORGE, 2014, p. 21). O autor apresenta e classifica os objetos da demanda (seio e fezes) e os objetos de desejos (olhar e a voz), citando a pulsão invocante



como primordial à prática psicanalítica que se dá pelo processo de escuta e de silêncio do analista e a fala do analisante.

Nesse sentido, importante destacar que a voz (objeto vocal) é individual, é única e sua sonoridade se caracteriza como um resto, sendo separada da pulsão invocante com a qual tem relação. Assim, enquanto sobra ela é, segundo Maliska (2017, p. 214), “um dejetto corporal, é o gás carbônico inutilizado pelo corpo”, e cada vez que falamos perdemos a voz, do contrário ganharíamos a voz ficando calados, todavia nessa relação o movimento de perder a voz é produtivo por que nos faz desejar, acrescentaria nos faz sujeito no social e no histórico. “Então a voz é um dejetto do corpo, essa letra que, por vezes, atrapalha o sujeito quando este pretende falar, e que por vezes, pode servir-lhe como suporte material para a fala, mas para este último acontecer ela tem que ser dejetata, para dar lugar à fala” (MALISKA, 2017, p.214-215).

Convém pontuar que a voz não se reduz e não se dá ao significante, ela é aquilo que sai do corpo, igualmente ela é um corpo que se desprende para o outro. Porge (2014) sobre a promoção da voz ao objeto a (objeto do desejo) menciona: [...] “Ela é um resto não redutível ao significante, mas essencial á sua articulação como o que lhe sustenta a passagem. A voz não está ainda isolada como objeto a, mas já toma um lugar particular em função do significante, mas sem se reduzir a ele” (PORGE, 2014, p.48).

Dessa forma, a voz é corpo porque é produzida no aparelho fonador, também concebida como uma linguagem, um substrato da fala. “A voz vem no lugar do que, do sujeito, é indizível, seu mais de gozar” (PORGE, 2014, p.56). Em que gozar é a busca por um prazer sem fim, algo que não se alcança.

Observa-se que os estudos da voz na Psicanálise ocupam um lugar incomum, se colocando na clínica como um instrumento, um canal. Então, a

voz é tomada como um corpo que se lança em direção ao outro, assumindo, por vezes, a condição de [...] “corpo silêncio que suscita a voz do outro” (PORGE, 2014, p.112). Citando Lacan, o autor, nessa mesma obra, traz o silêncio, a voz e o grito como parte de um nó, numa relação intrínseca em que o grito assume a condição de abismo e provoca o silêncio, uma tríade que desde o nascimento carregamos conosco.

Avançando por outros mares em que a voz sobressai como um corpo que se legitima no social, no artigo *Para além das Vidas Secas, resistência: Linguagem-Poder* (2017) discutimos os confrontos propiciados pela linguagem em seu contexto social, quando diferencia e classifica os indivíduos revelando que na sua estrutura o poder se articula alternando relações de mando e obediência. Nesse sentido afirmávamos que desde a sua fundação a sociedade é política e originalmente fracionada, ou bipolarizada em classes (dominantes e dominados) exprimindo a constante luta entre os que detêm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, conforme a visão marxista.

Retomamos Aristóteles quando admite na obra *Política* que o homem é um animal político por que tem voz na polis, afirmação que favorece a reflexão sobre o mundo seccionado: de um lado os que têm “voz” e do outro os que não têm “voz”. Nessa perspectiva, falam aqueles que podem dizer o certo e o errado em contraponto àqueles cuja fala não tem “sentido”, ou legitimidade.

Desse lugar da voz, objeto da psicanálise e da voz como condição de poder dizer e ter seu sentido legitimado podemos perscrutar, a voz à luz da análise de discurso. Evidentemente, constatando que ainda são precários os estudos nesse campo e assumindo que pairam sobre essa temática divergências e dúvidas que nos obrigam ao aproximar, também distanciar para que se marque cada disciplina com o seu devido arcabouço teórico.



Pelo exposto, algumas questões provocativas sobre a voz extrapolando o campo da psicanálise nascem nas fendas dessa enunciação e reverberam o que estamos propondo com esse debate: Qual a relação entre a voz na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem? Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso? Há relação entre a voz, corpo simbólico, e o silêncio significador que instaura os sentidos?

Assim, para alcançamos nossos objetivos pretendemos averiguar que escutas teóricas são possíveis, aprofundando essa discussão nas seguintes seções: Pressupostos Teóricos; Metodologia; Alguns Resultados e Conclusão. Perseguindo a via dos sentidos e dos seus efeitos, desejamos que a leitura desse artigo seja produtiva, seja provocativa.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme já apontamos na introdução a voz exerce grande significação na prática clínica da psicanálise, ocupando um lugar de expressivo relevo na constituição do sujeito — este por sua vez é clivado pela condição do inconsciente, constituindo-se como um não senhor do seu dizer. Nas palavras de Maliska (2017, p. 211) esse fato determina a não unicidade do sujeito, o hiato entre o que ele diz o que ele pensa, ou almeja dizer, há sempre nessa esfera imaginária totalitária, um equívoco que é a própria dimensão da linguagem, não transparente e não representável.

Assevera o autor que - “A Psicanálise e a Análise de Discurso sempre souberam disso e construíram seus edifícios teóricos a partir dessa opacidade da linguagem” (MALISKA, 2017, p. 211). Evidentemente, nesse modelo que aproxima as duas disciplinas a linguagem é tomada não como código,

ou transmissão de informação e o sujeito não é efetivamente consciente, tampouco de uma soberania concreta que não permitiria sua oscilação, ou duplicidade, sua falha, efeitos de sentidos outros sempre sendo tecidos em um constante processo discursivo.

Tratando do ato falho, como exemplificação dessa oscilação entre o eu e a consciência, afirma Maliska (2017):

Por ser falho, este ato mostra a divisão do sujeito enquanto cindido pela lei da linguagem. Ser falho é estar no campo da linguagem que constitui o sujeito. Por estar no campo da linguagem, o ato falho está submetido às falácias, aos desencontros, as falhas da linguagem que mostram sua incompletude e a opacidade que o produz (MALISKA, 2017, p.212).

Concebendo a voz como um objeto da pulsão invocante e, de acordo com Lacan (1988, p. 102), “[...] a pulsão invocante é a mais próxima da experiência inconsciente”, ela, então, tem aproximação com o trabalho freudiano sobre esta “linguagem estruturada” (inconsciente), nos termos de Lacan (2003 [1972] p. 492). Nesse sentido, **ela é uma marca que se faz corpo**, que presentifica “um ato político que não está no discurso, está no corpo produzindo efeitos no discurso” (MALISKA, 2017, p.2017, destaque nosso), e nessa linguagem em que também reside a língua o sujeito aí está posto na obrigação do inconsciente.

Assim, como CORPO, a voz na condição de objeto a, abriga também o real, “o Real do corpo como o lugar em que a linguagem não acessa, onde o significante não se inscreve” [...] (MALISKA, 2017, p.213); ela rompe com a inscrição delimitadora do corpo imaginário, tratado por Lacan, 1998 [1949], no *Estádio do Espelho*. Esse corpo em questão é uma projeção, ilusão que



vem do outro especular, e em que “o eu se identifica como uma imagem [...] imagem do corpo e, conseqüentemente, do eu” (MALISKA, 2017, p.213).

Igualmente, esse corpo é também simbólico, vem do Outro, da linguagem, rompe com a evidência especular da imago. É [...] “aquele das inscrições significantes, das marcas que o simbolizam e fazem com que este corpo fale submetido a um discurso que o constitui” (MALISKA, 2017, p.213).

Desse modo, como afirma Maliska (2017) à voz é um resto, um dejetivo, então, ela é sempre um estilhaço, não se dá como totalitária, mas como parcial. E, pelo que precede temos os elementos da queda desse objeto, do desprendimento desse corpo, da não unidade que ele possa compor, desse ganhar em se perder (eis o produtivo da voz), habitando sobre este corpo a falta, que representa o desejo, portanto a voz na psicanálise é a causa.

O próprio sujeito é um ser de desejo e de falta designação lacaniana que nos permite pensar em furos, em falhas. Ora, essas marcações se materializam, no nível do discurso, como um encontro de furos: o da linguagem, reproduzido pelo equívoco; o da ideologia, pela contradição, e o do inconsciente, como exemplo os atos falhos.

Avançando na nossa compreensão, pensar, nesse viés, a voz como um corpo simbólico nos aproxima de Orlandi (2012, p.86) ao tratar de um corpo que significa e que traz marcas materiais quando interpelado em sujeito. Reitera a autora que: “Por exemplo, um sujeito, pego em silêncio, muda imediatamente sua postura corporal [...] se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio.” O silêncio também constitui esse corpo na medida em que ele o marca como ausência.

Na problemática que visibilizamos, buscando a relação da voz com a linguagem estruturada pela condição do poder, expomos a classificação

gerada pelo pensamento aristotélico e a naturalização/banalização das coisas, inclusive dos rótulos que se vão construindo por esta linguagem, tornando manifesto que há um grupo que pede, e reclama pela voz (direito pelos seus sentidos). E, a voz negada se transforma em prisão da fala e do próprio sujeito que se desfigura pela imposição do silêncio em seu contexto ditatorial, um braço mais forte que se ergue e barra a voz, barrando também o sujeito, comprometendo a sua existência cidadã.

Nesse contexto, sem a “voz” o indivíduo perde a sua condição de sujeito, os seus direitos são calar, intimados pela ordem social, e acatar o que do outro lhe vem como verdade, como certo, como voz legitimada. Assim, se têm a exclusão da voz e a sentença de morte que impede a palavra, a razão, à possibilidade de ser senhor, e reforça a caricatura do não humano, àquele que não tem voz, tampouco fala e, portanto, é submisso, feito para o trabalho, para o silêncio.

Segundo Rancière (1996) a inferência sobre as qualidades do animal lógico e do político esconde a falha do útil e do justo, havendo uma separação do corpo social a que pertence os dois. Essa relação deixa transparecer o caráter de dominação, tencionando a luta de classes como pano de fundo, igualmente o não reconhecimento dos outros seres falantes que, ‘sem a necessária competência’, são responsabilizados pela desordem causada no logos.

O autor ainda aponta para o fato de a contradição entre animais políticos e fônicos não formarem a base fundadora da sociedade política, mas um jogo de interesses presente na própria constituição da política. Nesse sentido, menciona que [...] inversamente “povo” é o nome, a forma da subjetivação, desse dano imemorial [...] pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio ou o barulho animal



das vozes que exprimem satisfação, ou sofrimento. (RANCIÈRE, 1996, p. 36 grifos do autor).

Para estes sem nome, sem voz, sem fala há na tríade citada por Lacan à condição do grito, que aqui tomamos como o desejo de superação desse contexto e de relocação no espaço (lugar) social. Pelos caminhos da linguagem é factível a tomada de decisão (grito) que rompa o laço escravagista de guardião do silêncio, laço que intercepta e emudece a voz. É pelo ato de revolta de se perceber espectador da própria palavra, é pelo desejo de sair da clandestinidade e se fazer ouvir que o grito, como gesto de resistência, descerra os lábios e deixa a voz, resto que se forma no corpo, ser expelida e produzir efeitos pela fala.

A voz que traz a fala eleva os indivíduos à condição de sujeitos, de protagonistas nos espaços sociais e nas relações de sentidos estabelecidas com o outro por meio da linguagem. Assim, mesmo diante da injunção da sentença de morte que proíbe e aniquila o direito à voz, o indivíduo têm na/pela linguagem a condição de quebrar todo estigma e por ela se expor, pronunciar o seu dizer, “ver” e “sentir” o mundo e os objetos que o cercam, se constituindo sujeito do seu discurso, senhor da sua voz.

Parafraseando Deleuze e Guattari (2011) interpelamos: Mas como escapar dessa sentença de morte que a palavra silenciada envolve? Ainda, como desenvolver a potência de fuga? Como livrar-se do aprisionamento desse silêncio quando ele é censura? Como destacar a potencialidade revolucionária de uma palavra de ordem? Para tantas perguntas, propomos a voz/fala como posição política, reflexão-ação-reflexão, condições de por meio do devir menor construir lugares de “potencia”, para agir por meio de um posicionamento crítico e subversivo contra a lógica hegemônica.

Segundo Orlandi (2012) o silêncio assume formas e se distingue em Silêncio Fundador e Política do Silêncio:

[...] Silêncio fundador, aquele que é necessário aos sentidos: sem silêncio não há sentido (haveria o muito cheio de linguagem). É o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar. [...] Políticas do Silêncio [...] Silêncio constitutivo, que indica que para dizer é preciso não dizer, outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos e [...] Silêncios Local, ou Censura, que remete propriamente à interdição: apagamento de sentidos possíveis mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (ORLANDI, 2012, p.128).

Pelo exposto, verifica-se que há uma oposição latente entre as formas do silêncio. O fato de permanecer em silêncio com as palavras que nos cercam ainda notabilizam a condição de estarmos no sentido, um sentido que se vai constituindo no não dito (diferentemente de implícito) em que o sentido está sempre lá, mas justamente pela imposição da linguagem ao dizermos silenciarmos obrigatoriamente, afinal não é possível dizer tudo, essa marcação não se dá pela falta da linguagem, mas pelo seu excesso.

Na questão em pauta nesse artigo, a política do silêncio parece fazer mais sentido, sobretudo na classificação que faz Orlandi (2012) do Silêncio Censura atrelada a proibição do dizer, ou, o não acesso a legitimação de uma voz que em uma dada situação social-histórica, é negada. De fato, o silêncio para Orlandi (2012) não fala, mas significa, produz seus efeitos e não está numa relação de falta de vocábulos, mostrando a complexa relação do sujeito, seu lugar social de origem e os sentidos que lhes são possibilitados reproduzirem, a nosso ver reforçando o sentido de uma não voz, de uma não fala, de um silenciamento repressor.



Então, é conveniente pontuar ainda que essas relações se travam dentro do poder (não existe uma exterioridade), e a batalha é se permitir, se liberar à ser sujeito com “nó na garganta”, romper com a injunção que proíbe a voz, em seu trajeto, de expor a fala, quebrar o silêncio pelo corpo da voz; voz necessária para que este sujeito possa ser enxergado, possa ter direito as palavras e aos seus sentidos particulares. No alto dessa visibilidade, a linguagem com seus desdobramentos e encadeamentos revela a estrutura do seu poder, poder original que nasce com o homem, poder ideológico, poder de atravessar as fronteiras das prisões e num gesto transgressor se fazer som, se criar voz, se manifestar como fala e se inscrever na prática política.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa [...] “considerando a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações” [...] (SANTOS e CANDELORO, 2006, p.72). Sendo de cunho bibliográfico, cujos conceitos a serem investigados têm origem nas teorias do discurso, mais exatamente, na Análise de Discurso de linha francesa e na Psicanálise freud-lacanianiana.

Desta forma, Freud, Lacan, são dois autores cujas bases sustentam o nosso dizer no campo da Psicanálise, assim como Pêcheux e Orlandi serão os nossos referenciais teóricos na perspectiva da Análise de Discurso. Reiteramos ser extremamente necessária essa consulta aos fundadores desses campos de estudo.

Para o levantamento de dados, inicialmente, trabalhamos a noção de voz nos desdobramentos, e leituras das fontes já citadas mais também da leitura da obra – *A Voz do eco*, de Erick Porge (2014), no texto – *A voz: um corpo que não engana*, Maurício Maliska (2017), bem como o texto – *A voz*

e o ritmo nas suas relações com o inconsciente (Maliska, 2008). Nos estudos em Análise de Discurso, priorizaremos Pêcheux (2011, 1997, 1969) e Orlandi (2015, 2012, 1978), ainda o artigo - Para além das Vidas secas, resistência: Linguagem-Poder (2017, de nossa autoria). Os conceitos da voz na Psicanálise e em uma possível aproximação com a Análise de discurso serão, então, tomados a partir da delimitação estabelecida por essa base teórica.

Dessa forma, diante dela faremos um recorte pela via dos questionamentos que esse material demandou como dúvida e motivação para a produção desta reflexão nos entremeios da Psicanálise e da Análise de Discurso, mobilizando no processo analítico as noções de voz, linguagem, silêncio, etc. Nossa intenção é compreender: Qual a relação entre a voz na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem? Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso? Voz, corpo simbólico, quando negada socialmente, gerando a exclusão e a luta de classes pode ser associada, discursivamente, com o silêncio significador que instaura os sentidos?

Para a construção de sentidos que nos levem a possíveis resultados, mesmo na forma de outras provocações enquanto sujeito analista, nos posicionarmos frente às materialidades acima descritas, observando os sentidos construídos na relação político-ideológico que marca o nosso lugar de pesquisador, nosso acento social.

### 3. ALGUNS RESULTADOS

Pontuamos, inicialmente, que a voz tem se apresentado como um objeto de pesquisa, permeando inúmeras áreas do conhecimento científico, desde as áreas biológicas as áreas humanas, como a Linguística, a Psicanálise, a Literatura, dentre outras. Observa-se que, no tocante a psicanálise, Freud



trabalhando com a hipnose a destaca numa acepção de comando com efeitos sugestivos sobre o sintoma, o que para Bastos (2014): “Trata-se dos poderes diretivos da voz, que funciona imperativamente. Contra a mestria da voz que ordena, o discurso e o dispositivo que inaugurou deram-lhe um lugar *sui generis*, que permite ao analista situá-la não como emissão sonora sobre um fundo de silêncio, mas como silêncio ao quaz que a fala reveste.”

Aqui, destacamos o termo voz imperativa para associá-la ao que estamos defendendo nesse artigo, a luta social de classes pelo direito a voz, afirmando que há na nossa sociedade uma voz comando, uma voz ordem que legisla sob o fundamento de um sentido único e universal, legisla pela falsa noção de neutralidade e objetividade da linguagem, das palavras e expressões. Essa voz comando não possui os mesmos efeitos que na clínica psicanalítica, mas encobre os outros tons e significados, desqualificam a verdadeira luta, como diz Pêcheux (2011, p.273) “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológicas é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”.

Se na Psicanálise o lugar diferenciado do tratamento da voz na clínica, é tomá-la como um instrumento, um canal, ou como um corpo que se lança em direção ao outro, nos aproximamos desse caminho quando pensamos no direito social à voz fazendo chegar ao coletivo desse social uma fala carregada de sentidos; sentidos daqueles homens e mulheres historicamente silenciados. Aqui, na nossa posição, a voz é materialidade que reflete o sujeito, sua ideologia, sua língua, sua resistência sob determinadas condições de produção.

Dessa forma, o efeito da voz na ótica daquilo que Pêcheux (1997) trabalha, ou seja, o discurso viria como o real da língua. Ela (a língua) se

inscreve na categoria de letra, elemento inflexível, que escapa aos efeitos de significação, revelando numa prática discursiva a incompletude desse processo, a voz que se corporifica e se nos apresenta como um corpo simbólico parte constitutiva de um discurso reflete, de acordo com Orlandi (2012), o sujeito que ao dizer se significa e significa o próprio mundo. “Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos, mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real” (ORLANDI, 2012, p.44).

Filiamo-nos ao posicionamento da análise do discurso, com Orlandi (2012) sobre o silêncio local, censuramento que se instaura na/pela língua recortando alguns sentidos e manobrando outros. Desse modo, silêncio está também na base fundante dos sentidos, e todas as palavras possuem esta face, uma face que significa aquilo que não foi dito (não no sentido de implícito). (Contraditoriamente) Hoje alguns ainda pedem por este silêncio, pedem pela perpetuação, de uma “não voz”. Na perspectiva discursiva de que estamos tratando, nos posicionamos no palco da ideologia, travando uma dura luta de classes; a luta entre dominantes (detém os “sentidos legítimos”) e dominados (reivindicam legitimidade, voz que transborde e seja também fala).

O que explode nessa tentativa de alcançarmos respostas para as indagações desse artigo é à potência das palavras, expressões e enunciados, que impõem o silenciamento materializando filiações de sentidos localizadas na dominação, e apontando que para além de uma questão de escolha consciente “por ter voz”, “por ter fala” o que está em debate é o vínculo dos sujeitos com uma posição discursiva, com um lugar social marcado historicamente, e desse lugar os “sentidos verdadeiros”, o direito a voz é cedido ou negado [...] Uma



mesma palavra, na mesma língua [...] ela vai [...] significar diferentemente, dependendo da posição do sujeito (ORLANDI, 2015, p.58).

Assim, reforçamos Segundo Pêcheux (2012) que a luta de classes é pelos sentidos das palavras. Esta assertiva pechetiana reclama pela desnaturalização da linguagem e das narrativas construídas pela História; narrativas sempre escritas na ótica dos vencedores, sob os vencidos, ou dos dominantes sob os dominados e, nesse processo vozes são sempre não autorizadas, caladas, apagadas, silenciadas em nome da verdade daqueles (as) que tem autoridade para cristalizar um sentido em detrimento de tantos outros possíveis.

Destarte, concordando com Maliska (2008) a voz, portanto,

[...] irá oscilar entre o puro som, o corpo no qual ela é levada a um tempo mítico de caos e indefinição, sem ordem nem lei, em que impera o real sonoro, por um lado; e na sua articulação com a ordem significante, com a fala, com a lei, em que impera a língua, a fala, o discurso e a ordem, por outro. Entre essas duas polarizações, a voz desponta como aquilo que está no princípio e no fim, aquilo que marca o sujeito nos primórdios da sua constituição subjetiva. (MALISKA, 2008, p.17)

Importante destacar nessas polarizações que a voz está alinhada com o significante, com o código e por eles os sentidos serão alcançados, na/pela linguagem, no/pelo simbólico. Então, asseveramos com Orlandi (1987) que no estudo da linguagem e na articulação social entre interlocutores o processo de subjetivação produz a falsa noção no sujeito de que ele é a fonte exclusiva do seu discurso, “palavra em movimento” (Orlandi 2015), quando na verdade ele retoma sempre formas já estabelecidas.

Finalmente, queremos com Maliska (2008) sustentar o caráter interdisciplinar, heteróclita da voz. E, assim, compreender que há nela uma excentricidade que concerne unicamente ao seu próprio ser, mas também de extravagante, que transborda para o exterior, para fora de si, — e, por mais que as ciências tentem dar conta desse objeto, há algo na voz de inapreensível, de indizível, algo que escapa a qualquer teorização.

### **EFEITO-CONCLUSÃO**

A voz, no caminho pelo qual traçamos nesse trabalho, se move de um polo em que se apresenta com um mero som, a outro polo do qual ela se faz corpo e na sua aproximação ‘com a ordem significante’ com a fala sob a condição da língua a possibilidade da matéria simbólica do discurso. Entre esses dois polos aproximações e distanciamento podem ser operacionalizados, trazendo para as distintas disciplinas (Análise Discurso e Psicanálise) avanços.

Defendemos, no recorte que estabelecemos que a “voz social” seria o direito pelo qual os sujeitos sem legitimidade discursivizarem, na exclusão, o ideológico e o político. Assim, debruçados sob as narrativas históricas sempre “ditas” na ótica dos vencedores, percebemos que vozes são caladas, apagadas, silenciadas em nome da verdade daqueles (as) que tem autoridade/poder para cristalizarem um sentido em detrimento a outros possíveis.

Pelo que precede, a voz como um corpo simbólico que reside no real da língua que não se deixa aprisionar pela significação, e, ou pela representação é nas palavras de Maliska (2017, p.217) um ato político, ela imprime uma marca que não está no discurso, mas como corpo produz efeitos no discurso. Ora, para Pêcheux (1969) discurso é efeito de sentidos



entre interlocutores, sentidos que se constituem na relação com o sujeito e sua dimensão histórica, social, política.

Esse corpo voz, que pode ser materializado pelo significante, produz então seus efeitos sobre o discurso, em um processo pelo qual essa o sujeito se inscreve na linguagem, cujas estruturas são de poder, e nessa a língua na possibilidade do equívoco e da contradição, da incompletude faz transbordar pelo inconsciente desses sujeitos sentidos diversos. Diz Orlandi (1987, p. 26) que a Análise do Discurso é privilegiada porque o discurso é [...] “a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é no processo discursivo se explica o modo de existência da linguagem que é social”.

A voz social pela viabilidade da linguagem como trabalho aponta para a existência de falhas, de lapsos no ritual, conforme Orlandi (2012) e o que outrora retumba como um não-sentido, passa a ser na pluralidade um outro sentido, um lugar de resistência. Dessa forma, chegamos também a compreensão de que essa voz-direito, por meio de uma posição discursiva, traz a possibilidade de estruturação de um discurso de RESISTÊNCIA, discurso de ruptura, não voluntarista, ou espontaneísta, mas trabalhado nos entremeios do silêncio, do poder, da voz materialidade, corpo significador.

Logo, essa resistência é a definição de um lugar social de ‘empoderamento’, como força que marca um tempo de transformação (repetimos) na/pela linguagem e exige de nós uma responsabilização sobre a forma de como estamos produzindo, ou reproduzindo discursos (na voz/silêncio) e neles palavras e expressões aparentemente neutras cristalizando conceitos estabelecidos pelos (as) que se rotulam donos (as) dos “autênticos” sentidos. E, ancorados em Modesto (2014, p. 158) entendemos que essa resistência se dá através de



um trabalho com o real, o real da língua – o equívoco e o real da história- a contradição, por ela o furo da ideologia.

É nessa divisão da linguagem, nesse recorte social, em que a voz social não é permitida (uma espécie de silêncio censura) a todos os sujeitos, que sobressai a luta de classes e estes lugares de resistência de onde incessantemente parcelas de indivíduos tentam se engajar buscando o direito ao exercício da palavra e a se constituírem por meio dela como ser humano, inscritos na ordem do político. Não deixando de marcar, o contraponto dessa negação, desse silêncio censura, com Orlandi (2012, p. 128) ao afirmar que em todo processo discursivo o silêncio existente nas palavras significa o não-dito e abre espaço de recuo significante produzindo condições para significar, sem ele haveria ao muito cheio de linguagem.

Destarte, **longe da ingenuidade permissiva que nos faria vislumbrar a solução dessa problemática**, reiteramos que em nossa sociedade, historicamente, um grito não cansa de ecoar:

- Dá-nos a voz!
- Concede-nos a fala!

E nesse eco o desejo escondido de “**liberdade**” e de “**igualdade**” se visibiliza.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Pedro Constatin Tolens. São Paulo: Martins Claret, 2001.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



\_\_\_\_\_. **Aula.** São Paulo: Ed. Cultix, 1996.

BASTOS, A. A voz na experiência psicanalítica. Rio de Janeiro. *Àgora*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia. 2. Ed. São Paulo: 54, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

FREUD, S. O inconsciente. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1974.

LACAN, J. O aturdido. **Livro 20. Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. O Estádio do Espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: \_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MALISKA, M. E. **A voz: um corpo que não engana?** In: FLORES, Giovanna *et al.* **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia.** Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas. Pontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.



PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, E. (org). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PORGE, E. Voz do eco. Tradução: Viviane Veras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

RANCIÈRE, J. O dano: política e polícia. In: \_\_\_\_\_. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

SANTOS, V. dos; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos**: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Age, 2006.